

## Nota de apresentação

Na apropriação e estruturação do território, a habitação, com um peso e expressão esmagadores na produção de paisagem e cidade, constitui muito mais do que a resposta à procura de um abrigo ou lugar seguro. É, na realidade, determinante de qualquer processo civilizacional. E por isso, um tema de debate constante e sempre premente, que este número da Revista de História das Ideias vem integrar.

O recurso à linguística e à origem etimológica do termo habitação (*habitatio*) dá conta da complexidade que encerra e que o uso faz esquecer. Com efeito, partilhando o radical de *habito* (habitar) de onde decorre *habitatio*, encontra-se *habere*, *habilis* e *habitus*. Ou seja, assume-se uma proximidade semântica entre termos cujo significado é, respetivamente, morar, possuir, aptidão e, finalmente, forma de ser permanente que, a partir da repetição dos mesmos atos, qualifica o sujeito ou, de forma simples, comportamento ou aparência. É a articulação lógica destes vários significados que justifica, em parte, porque para Heidegger «habitar é o traço fundamental do ser-homem» (Heidegger 1951). Em suma, ao sentido de habitar, pertencem os sentidos de «ser e estar».

Testemunho direto da condição e das práticas sociais de um grupo de indivíduos – da sua forma de ser e estar – a habitação excede, pois, amplamente a dimensão material para se constituir num complexo constructo social, passível de múltiplas e diferentes abordagens, morfológicas, sintáticas e semióticas.

O presente dossiê temático abre espaço a essa discussão, refletindo, em 12 artigos, como as diferentes dimensões – social, cultural, económica,

política, artística, etc., – pressionam o espaço habitado originando, a ritmos distintos, movimentos de reconfiguração e invenção, que resultam, a contrario, em processos de obsolescência e descarte.

Em conjunto, encerram um arco cronológico de mais de 600 anos, do início do século XV à contemporaneidade, literalmente à data do fecho da edição, 30 de dezembro de 2024, pelo foco sobre as mais recentes políticas de combate à crise da habitação. São igualmente muito diversos os problemas tratados pelos diferentes autores, questionando formas de habitação de todos os estratos sociais, das «casas para famílias pobres» à morada régia. Entre umas e outras, as de uma burguesia, pequena, média e alta, partilhando estratégias similares de ascensão e reconhecimento social. Acresce a variedade geográfica, de Itália a África ou, em Portugal continental, de Guimarães ao Algarve, identificando-se, apesar disso paralelismos de práticas e propósitos, quando em contextos cronológicos, sociais e políticos idênticos.

Finalmente, destaca-se a diversidade das fontes, dos métodos e das abordagens utilizadas: do registo escrito ao fílmico, passando pela comunidade; das mais centradas no processo autoral e construtivo às que privilegiam o uso social, as funções, as perceções; das que se concentram na encomenda e qualidade do desenho às que pretendem compreender a multiplicidade de agentes, o sistema organizacional, as políticas subjacentes; da capacidade discursiva às formas de receção e interpretação; do alcance dos ambientes interiores, de escala contida e direcionada (à família, ao círculo de relações) à amplitude do impacto exterior, na materialidade urbana tanto quanto na expressão de valores. A todas as abordagens, porém, é transversal o reconhecimento do caráter instrumental da arquitetura doméstica: para quem a promove, cria e constrói, para quem nela vive ou simplesmente usa, para quem com ela convive, enquanto elemento determinante de qualquer cenário urbano.

Em «Margaride: o resgate da velha casa-torre», Mário Jorge Barroca segue um importante conjunto de pistas, de natureza documental e material, que lhe permite traçar o longo percurso desta propriedade dos arredores de Guimarães, desde o século X até ao XIX, de casal agrícola a residência nobre. Embora provavelmente com estatuto privilegiado desde os meados do século XIV, a «*casa torre*», «*grande [e] muito alevantada*» *terá sido* construída apenas em finais de Quatrocentos ou na primeira metade do século XVI, embora nessa época, já não por qualquer valia defensiva, mas «apenas» enquanto veículo transmissor por excelência dos

valores próprios da nobreza, de autoridade e antiguidade da linhagem. Um marcador visual cuja força resistiria à passagem dos séculos e até à profunda campanha de remodelação e modernização da casa ocorrida já em finais de oitocentos, época em que o seu uso continuava a fazer todo o sentido para o 2º Conde de Margaride.

Na realidade, no contexto político e social da transição do século XIX para o XX, o alcance da solução turriforme seria ainda consideravelmente amplo o que justifica a sua presença mesmo em construções novas, erguidas de raiz. Prova-o estudo de Miguel Metelo de Seixas, centrado numa Cascais eleita como estância de veraneio pela elite portuguesa, espaço de encontro e partilha da velha aristocracia e da nova plutocracia, recentemente elevada ao estatuto nobiliárquico. Esta última, sobretudo, mimetizando práticas e reproduzindo escolhas estéticas numa estratégia de integração e reconhecimento, convocou elementos como as torres e, em particular, a heráldica, como prova visual de raízes genealógicas. O caso de estudo não podia ser mais sugestivo: a torre de São Sebastião, erguida em 1900 por Jorge O'Neill, suposto descendente direto dos primitivos reis da Irlanda, logo depois comprada pelo Conde de Castro Guimarães, título que recebera de D. Manuel II, em 1909.

É também ancorado numa abordagem que privilegia o uso social do espaço habitado que Bruno A Martinho propõe novas interpretações sobre o Paço de Sintra, problematizando hipóteses há muito consolidadas: por um lado, situa a Sala dos Infantes no chamado «corpo manuelino», antecipando a construção deste volume que se eleva na vertente oriental do complexo palatino em quase 100 anos, hipótese que obriga a rever os pesos das intervenções de D. João I e D. Manuel, robustecendo a primeira, limitando a segunda; por outro lado, e no extremo oposto do palácio, localiza uma Galeria que a leitura cruzada das fontes sugere ser de meados do século XVI. Uma função nova que corresponde à introdução na corte portuguesa de um conceito que ganhava presença em toda a europa coeva, como espaço de ócio e deleite da paisagem, também propício à reflexão e diálogo em contexto de educação humanista, função que, neste caso específico, surgia reforçada por uma decoração cujo teor se adequava à formação do príncipe.

Com Nuno Senos continuamos a explorar o interior da morada nobre, no seu estrato mais elevado, talvez apenas com paralelo na própria família real: o Paço de Vila Viçosa. O foco é direcionado para uma componente essencial dos «aposentos», cuja complexidade de

usos e práticas lhe conferem um sentido quase paradoxal: a «Guarda-roupa». A partir de uma análise minuciosa da riquíssima documentação relativa aos Duques de Bragança, D. Teodósio I e D. Beatriz, e cobrindo os múltiplos significados do termo, o autor transporta-nos da recâmara, espaço fixo, destinado a bens pessoais e de acesso restrito, como a função parece exigir, para um dispositivo autónomo e móvel, de apoio à cerimónia do acordar e vestir do duque, cujo sentido cénico e representativo – particularmente vincados pelo recurso ao estrado e dossel – só na antecâmara, que o protocolo tornava particularmente concorrida, encontrava o espaço de exibição adequado.

Ao nível da mais alta nobreza europeia, os padrões de comportamento e as práticas de sociabilidade não conhecem barreiras político-geográficas. No essencial, a cultura cortesã e os contextos em que se desenvolve, arquitetura incluída, é transversal, mutuamente conhecida e reciprocamente emulada. Não admira por isso que entre a estratégia de afirmação da família Branciforte, uma das mais influentes da Sicília Moderna, a reconfiguração das suas moradas em Palermo constituísse uma prioridade, com a adoção de mecanismos de eficácia comprovada, que Stefano Piazza tão pormenorizadamente contextualiza: do eixo entrada-pátio-escada ao «Camerone di dormire», passando pela multiplicação das antecâmaras, organizadas em enfiladas progressivamente mais longas, ou pela já conhecida galeria. Aparentemente menos comum parece ser a manutenção, na transposição das moradas (e centros de poder) do mundo rural e feudal para o urbano, da posse de cavalos como medida de poder e magnificência, aspeto que se traduziu na construção de amplas cavaliarias capazes de albergar várias dezenas de animais, adição nem sempre fácil na densa Palermo setecentista. Com as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, na Sicília como em toda a Europa, novos critérios habitacionais vieram contrabalançar esta marcada vertente representativa e protocolar dos vastos salões e múltiplas câmaras, originando apartamentos menores e mais íntimos, refletindo um novo desejo de comodidade, a par de um gosto particular pelo orientalismo.

É também sobre as duas últimas décadas do século XVIII que incide a abordagem de António Camões Gouveia testando o conceito experimental de «paisagem doméstica» sobre os registos das vivências de William Beckford em Portugal, quer enquanto criador de gostos requintados e recursos inesgotáveis, quer como observador atento e crítico. O espaço habitado, em Lisboa e Sintra, nos palácios do Ramalhão

ou Monserrate, é sentido e descrito num permanente vaivém entre exteriores e interiores, entre a natureza envolvente e os objetos da cultura material, cenografias cuidadosamente fabricadas com mobiliário, peças decorativas ou de utilidade específica, têxteis, cores, cheiros e sons, num apelo constante a todos os sentidos. Dificilmente a aproximação do «habitar», ao «ser e estar» poderia ser mais evidente.

Com o estudo de Isabel Mayer Godinho Mendonça introduz-se uma outra dimensão na construção de moradas pela nobreza: à reedificação, na sequência do terramoto de 1755, do palácio da família em Lisboa, «a casa grande», os marqueses de Rio Maior associam uma outra – «a casa pequena» – pensada desde o primeiro momento para rendimento. A partir do riquíssimo arquivo da família, depositado na Torre do Tombo desde 2002, a autora analisa detalhadamente todo o processo construtivo das duas «casas da Anunciada», projetadas com dez anos de intervalo, a pequena em 1761, a grande em 1771: a(s) encomenda(s), os arquitetos e artífices, as opções arquitetónicas e os programas decorativos, os tempos e custos, num período que vai de 1761 ao final do século XIX. Curiosamente, fruto de vicissitudes várias, com destaque para a gestão financeira das obras, a primeira sem «o melhor methodo, nem a sã economia», a segunda guiada pelo menor dispêndio e maior rapidez de concretização, ao aparato de erudição italiana do palácio arrendado, contrapôs-se a simplicidade funcional e repetitiva, de matriz pombalina, da residência da própria família Rio Maior.

Tomando como caso de estudo uma casa erguida em Leiria, em 1918, considerando o comitente, Costa Júnior, os arquitetos, Ernesto Korrodi e Augusto Romão, e o contexto histórico, de pós-guerra e instabilidade política, António Ginja volta à questão da instrumentalização social da arquitetura ampliando agora a perspetiva ao associar à capacidade comunicativa da arquitetura, no caso específico a difusão de ideais republicanos e nacionalistas pelo recurso a um programa tradicionalista, a reflexão sobre os mecanismos de receção e perceção por parte da comunidade local, mesmo quando o estímulo funciona de forma inconsciente.

Os últimos quatro artigos têm em comum a estreita articulação entre habitação, território e as políticas que os determinam.

Beatriz Serrazina analisa a produção de habitação para os trabalhadores da Diamang, Companhia de Diamantes de Angola criada em 1917, desenvolvida em sintonia com as políticas do Estado Novo em

Portugal. Inquirindo os modelos desenhados e adaptados ao território, a diversidade de materiais de construção, assim como os processos de apropriação e contestação que os permearam, discute, ancorada em sólida documentação preservada no Departamento das Ciências da Vida da Universidade de Coimbra, a forma como o ambiente construído, em particular a habitação, constituiu um importante instrumento de propaganda da ação «nacionalista e civilizadora» empreendida pela companhia na Lunda, contrapondo o «embelezamento» e «disciplina» das «modernas habitações indígenas» às «antigas cubatas».

As políticas de habitação do Estado Novo, em concreto o programa «casas para famílias pobres» que vigorou em Portugal entre 1945 e 1979, constituem o foco de Ricardo Costa Agarez. Reconhecendo o problema da habitação como matéria urgente e, pelo menos teoricamente, prioridade nacional, o autor confere à sua investigação um explícito sentido operativo denunciando, por um lado, como só o conhecimento da habitação apoiada existente permitirá beneficiar do seu potencial na resolução do problema, evitando a perda de estruturas importantes (material e emocionalmente) para as comunidades locais; por outro, a forma paradoxal como estes conjuntos modestos, embora presentes ao virar de cada esquina, em todo o país, são ainda invisíveis e por isso maioritariamente ausentes da história da arquitetura em Portugal. Nesta chamada de atenção premente, discute os métodos e abordagens adequados ao seu estudo, privilegiando, sobre o registo autoral e a qualidade do desenho, a integração e cruzamento de fontes documentais centrais, regionais e locais, na construção de uma história da burocracia da produção, assente na participação dos seus diferentes intervenientes, moradores incluídos.

Hugo Barreira questiona a transformação do território e o lugar da habitação através das fontes audiovisuais recorrendo a cinco registos cinematográficos para analisar a evolução de Espinho no decorrer do século XX. No que é já uma longa investigação pessoal, cruza a informação visual que veiculam com o que as fontes escritas e desenhadas permitem inferir, retratando as diferentes fases da tessitura construída, da presença esmagadora de edifícios de habitação unifamiliar de grande dimensão e implantação central no lote, primeiro, ou do desenvolvimento da arquitetura corrente construída pelos «não arquitetos», depois, ao surto construtivo da década de 1980, em que a opção por prédios plurifamiliares de desenvolvimento em altura veio pôr fim à identidade e ar de família que o aglomerado adquirira ao longo da primeira metade do século.

O dossiê encerra com uma análise das atuais políticas de habitação em Portugal. O ponto de partida é, por isso, para Nuno Travasso como fora já para Ricardo Agarez, a profunda crise que afeta a habitação em Portugal, onde a escalada dos preços tornou a habitação inacessível aos estratos mais vulneráveis mas também a largas franjas das classes médias. De forma crítica, o autor alerta para a natureza dúplice, senão paradoxal pelo menos conflituante, das políticas de habitação em Portugal: como resposta às carências habitacionais e à urgência em assegurar o acesso global a uma habitação condigna, mas também como instrumento de estímulo económico aos setores da construção e da promoção imobiliária, entendido como central para a economia do país. É este segundo aspeto que o autor explora: embora recue ao Estado Novo – estabelecendo extraordinários paralelos entre 1945 e a atualidade – concentra-se na relação que as políticas públicas de habitação geraram com a promoção privada ao longo das cinco décadas da democracia portuguesa, na forma como fomentaram os diferentes ciclos de urbanização que vêm modelando as paisagens urbanas que habitamos e na estranha ausência de debate sobre as implicações destas mesmas políticas no ordenamento do território.

Fica o convite à leitura.

LUÍSA TRINDADE  
Universidade de Coimbra  
luisa.trindade@fl.uc.pt  
<https://orcid.org/0000-0003-2475-7529>

